

O EXERCÍCIO DA CIDADANIA E AS ESFERAS DE PODER *THE EXERCISE OF CITIZENSHIP AND THE SPHERES OF POWER*

Ana Luiza dos Santos Sousa¹

Thaíse Valentim Madeira²

RESUMO: Este artigo traz uma análise do projeto de extensão intitulado “O Exercício da cidadania e as Esferas de Poder”. Executado pelo curso de Direito do Unisaes desde 2019, se dispôs a promover, junto a crianças do CAJUN-ROMÃO, a compreensão dos espaços de poder político na cidade de Vitória. O público atendido foram crianças de 8 a 10 anos, o qual foi definido com base na necessidade de formação da cidadania, tão essencial desde a infância, afinal são essas crianças que, em breve, vão exercer, de forma autônoma, seus direitos e deveres enquanto cidadãos. O trabalho foi realizado por meio de debates e visitas técnicas sistemáticas, utilizando de conhecimentos e experiências práticas a fim de estimular novos comportamentos no público-alvo. Concluiu-se que o acesso à informação estimulou a consciência social e política do público beneficiado.

Palavras-chave: Direito; Executivo; Legislativo; Judiciário.

ABSTRACT: This article presents an analysis of the extension project entitled “The Exercise of Citizenship and the Spheres of Power”. Run by the Unisaes Law course since 2019, it set out to promote, together with children from CAJUN-ROMÃO, the understanding of spaces of political power in the city of Vitória. The target audience were children aged 8 to 10, which was defined based on the need to form citizenship, so essential from childhood, after all, these are the children who will soon exercise, autonomously, their rights and duties. as citizens. The work was carried out through debates and systematic technical visits, using knowledge and practical experiences in order to encourage new behaviors in the target audience. It was concluded that access to information stimulated the social and political awareness of the benefited public.

Keywords: Law; Executive; Legislative; Judiciary.

1 INTRODUÇÃO

No contexto contemporâneo, a cidadania ativa e a compreensão das esferas de poder são temas de crescente relevância, especialmente no cenário brasileiro, onde desafios sociais e políticos demandam uma participação mais informada e engajada da população. Globalmente, observa-se uma tendência de fortalecimento das democracias por meio do empoderamento dos cidadãos, incentivando um maior envolvimento nos processos decisórios que impactam suas vidas. Segundo o relatório “Democracy Index 2023” da Economist Intelligence Unit, apenas 48% dos países são

¹ Centro Universitário Salesiano. Vitória/ES, Brasil. analusantos2206@gmail.com.

² Centro Universitário Salesiano. Vitória/ES, Brasil. tmadeira@souunisaes.com.br.

considerados democracias plenas, o que ressalta a importância de iniciativas que promovam a educação para a cidadania (Economist Intelligence Unit, 2023).

No Brasil, essa necessidade se torna ainda mais premente, dado o cenário de polarização política e desigualdade socioeconômica. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, aproximadamente 25% da população brasileira vivia abaixo da linha da pobreza, o que impacta diretamente a capacidade de engajamento cívico e político desses cidadãos (IBGE, 2022). Além disso, dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) indicam que, nas eleições de 2022, o índice de abstenção foi de aproximadamente 20%, o que evidencia um desinteresse ou desconfiança no processo eleitoral (TSE, 2022).

O projeto de extensão intitulado “O Exercício da Cidadania e as Esferas de Poder”, executado desde 2019 pelo curso de Direito do Unisaes, surge como uma iniciativa inovadora e transformadora, voltada para a educação cidadã de crianças de 8 a 10 anos no CAJUN-ROMÃO, em Vitória. Este projeto busca, desde sua criação, integrar teoria e prática, proporcionando um espaço de aprendizado dinâmico que fomenta a compreensão dos espaços de poder político e a formação cidadã desde a infância.

Os objetivos principais deste projeto incluem a promoção da consciência social e política entre os jovens participantes, através de debates e visitas técnicas sistemáticas. Além disso, visa estimular novos comportamentos que reforcem o exercício autônomo dos direitos e deveres cidadãos. A justificativa para a realização deste projeto se baseia na premissa de que o desenvolvimento de uma cidadania ativa e crítica é essencial para a consolidação de uma sociedade mais justa e democrática. Ao envolver diretamente estudantes de Direito e a comunidade local, a iniciativa também contribui para o fortalecimento das competências profissionais e éticas dos futuros operadores do Direito, ao mesmo tempo em que promove a inclusão social e o desenvolvimento comunitário.

Essa abordagem participativa e experimental enriquece o processo educacional dos envolvidos e fortalece os laços entre a academia e a comunidade, criando um ciclo positivo de conhecimento e ação cidadã.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A formação cidadã e a compreensão das esferas de poder são questões centrais na literatura acadêmica brasileira, em um contexto em que a educação é vista como um vetor crucial para a transformação social. Paulo Freire, um dos mais influentes educadores brasileiros, em sua obra "Pedagogia da Autonomia" (1996), propõe que a educação deve ser um ato de liberdade, promovendo a consciência crítica. Freire argumenta que a capacidade dos indivíduos de refletirem sobre sua realidade social é essencial para que se tornem agentes de mudança. Sua pedagogia crítica enfatiza a necessidade de o educando construir conhecimento que transcenda a sala de aula, permitindo uma compreensão mais aprofundada das estruturas de poder e das dinâmicas sociais em que estão inseridos.

Antônio Joaquim Severino, em "Educação, conhecimento e cidadania" (2002), também enfatiza o papel da educação na formação cidadã, afirmando que “a educação é um processo dinâmico, social e culturalmente situado, e deve promover a

emancipação e a autonomia dos sujeitos” (Severino, 2002, p. 45). Assim, o autor sublinha a necessidade de uma prática educativa que incentive a participação ativa dos indivíduos na sociedade.

É importante ressaltar que essa educação não é puramente formal e teórica. Ela deve ser uma construção ancorada nas experiências vividas cotidianamente pelos sujeitos. Para além disso, o tema política e cidadania devem estar no centro desta educação, pois os reflexos dessa educação certamente serão apreendidos futuramente nas tomadas de decisões de seus membros.

José Murilo de Carvalho, em sua análise histórica da cidadania no Brasil destaca a evolução dos direitos civis, políticos e sociais, e as barreiras enfrentadas para sua implementação efetiva. Carvalho enfatiza que o exercício pleno da cidadania requer não apenas o reconhecimento legal dos direitos, mas também a criação de condições sociais e educacionais que permitam a participação efetiva dos cidadãos nos processos democráticos: “a educação é um processo dinâmico, social e culturalmente situado, e deve promover a emancipação e a autonomia dos sujeitos” (Severino, 2002, p. 45).

Maria da Glória Gohn, visualiza a educação para cidadania por meio da consideração da educação não formal, pois é ela que vão possibilitar experiências práticas em contextos reais. A autora caracteriza a educação não formal como:

[...] um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. Em suma, consideramos a educação não-formal como um dos núcleos básicos de uma Pedagogia Social (Gohn, 2006).

As práticas educativas devem passar, portanto, pela elaboração das experiências cotidianas, integrando atividades extracurriculares no processo educativo para enriquecer a formação cidadã e a igualdade de condições para todos os cidadãos.

Neste sentido, destacamos as contribuições de Miguel Arroyo em "Currículo, território em disputa" (2011), que discute a natureza política do currículo escolar: “O currículo é um espaço de luta e disputa, onde se refletem as relações de poder presentes na sociedade” (Arroyo, 2011, p. 134). O currículo, portanto, deve ser constantemente repensado e adaptado para refletir as diversas realidades e necessidades dos estudantes, promovendo uma educação que seja relevante e que prepare os alunos para atuarem como cidadãos ativos e informados em suas comunidades.

A partir dessas duas perspectivas (da educação formal e não-formal), podemos entender que a educação para a cidadania não pode ser apenas informativa, mas também transformadora, por meio da percepção direta dos conceitos e teorias estudados na vida cotidiana. Ela deve, sobretudo, capacitar os indivíduos a compreenderem e desafiarem as estruturas de poder existentes, a partir do momento que eles a percebem diretamente no dia a dia. Assim, para a efetivação do exercício

da cidadania, é imprescindível promover uma educação crítica e participativa, que capacite os cidadãos a serem protagonistas na transformação de sua realidade social e política.

3 METODOLOGIA

O trabalho contemplado nesta proposta foi realizado por meio de debates e visitas semanais, utilizando de conhecimentos e experiências práticas a fim de estimular novos comportamentos no público-alvo, classificando-se como trabalho experimental. A metodologia é participativa, com interação direta entre a equipe do projeto e os participantes, que contribuem com seus saberes, opiniões e práticas cotidianas.

Ele teve início a partir do encontro entre a coordenadora do projeto, a bolsista do curso de Direito e o Coordenador do CAJUN, para fins de reconhecimento do local e do público-alvo, levantamento das informações mais importantes e planejamento das atividades, atendendo às expectativas tanto do Projeto Caminhando Juntos (CAJUN) quanto do Projeto De Extensão Católica Na Comunidade (PECC).

Durante um ano foi executado o planejamento construído, com visita semanais ao Cajun e realização de atividades teórico e práticas, como a visita a 3 (três) espaços públicos: Assembleia Legislativa, Palácio Anchieta e Tribunal de Justiça. As visitas serviram de base para as reflexões e discussões sobre a relevância, funcionamento e integração dos poderes constituintes do Estado. Além disso, aguçou a curiosidade e o sentimento de cidadania nas crianças, através da inserção e participação dos jovens do CAJUN nesses espaços. Tais visitas foram agendadas previamente e a locomoção dos jovens foi efetivada com o auxílio da coordenação do CAJUN.

As visitas foram intercaladas com encontros na sede do CAJUN para refletir sobre o as esferas de poder político, sobre sua importância na vida do cidadão e, como este poderá interagir com os poderes no exercício de sua cidadania.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto "O Exercício da Cidadania e as Esferas de Poder" proporcionou uma experiência educativa e transformadora para as crianças do CAJUN-ROMÃO, centrando-se na integração do ensino teórico com práticas vivenciais concretas. As atividades foram planejadas para expandir o horizonte de compreensão das crianças sobre o papel das instituições públicas e sua própria posição enquanto cidadãos ativos. Essa abordagem prática reflete diretamente a teoria educacional contemporânea que valoriza a educação experiencial como um instrumento poderoso de formação cidadã.

4.1 ATIVIDADES PRÁTICAS E ENGAJAMENTO

Nos encontros regulares no CAJUN-ROMÃO, as crianças foram engajadas em debates e oficinas que introduziram conceitos essenciais de cidadania e democracia. Os facilitadores, aluna do curso de Direito e assistentes do Cajun Romão, atuaram como mediadores dessas discussões, incentivando as crianças a refletirem criticamente sobre os direitos e deveres dos cidadãos.

A aprendizagem dialógica está orientada para a transformação do grau inicial de conhecimento e do contexto sociocultural, como meio de alcançar o êxito de todos. Foi com esse princípio que fizemos um convite aberto para que as crianças expressassem suas ideias e questionamentos, promovendo um ambiente de aprendizado mútuo.

Imagem 01 – Encontro no Cajun Romão, com debates e atividades práticas, dia 26/09/24



Fonte: elaboração própria.

As visitas técnicas representaram o ponto alto do projeto, oferecendo uma aplicação prática dos conceitos discutidos. Para muitas crianças, essa foi a primeira oportunidade de sair do bairro e visitar instituições públicas, locais que, embora parte de seu cotidiano enquanto cidadãos, permaneciam distantes e inacessíveis. A visita à Assembleia Legislativa permitiu que as crianças observassem diretamente o processo legislativo, compreendendo como as leis são discutidas e aprovadas. Essa experiência prática serve como um exemplo tangível do que Severino (2002) descreve como "educação para a emancipação", capacitando os alunos a verem o legislativo como um espaço que pode, e deve, ser acessado e influenciado por eles.

Imagem 02 – Visita à Assembleia Legislativa, dia 09/07/24.



Fonte: elaboração própria

Imagem 03 – Visita à Assembleia Legislativa, dia 09/07/24



Fonte: elaboração própria.

No Palácio Anchieta, as crianças puderam explorar o centro do poder executivo do Estado, entendendo melhor o papel do governador e das políticas públicas na gestão do estado. Este acesso direto a um espaço de poder reforça a mensagem de que essas crianças têm o direito de entender e participar nos processos que moldam sua vida cotidiana. Conforme discutido por José Murilo de Carvalho (2001), para que a cidadania seja efetivamente plena, é necessário que haja um entendimento profundo e uma participação ativa nas dinâmicas políticas. Para além disso, foi no Espaço

Anchieta que elas conheceram o grande patrimônio cultural que a cidade possui, e que a ocupação do espaço por elas, também é um ato de cidadania.

Imagem 04 – Visita ao Palácio Anchieta, dia 06/11/24



Fonte: elaboração própria.

Imagem 05 – Visita ao Palácio Anchieta, dia 06/11/24



Fonte: elaboração própria.

Por último, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo ofereceu um ambiente para que as crianças entendessem o sistema judiciário, desde o funcionamento das cortes até a importância da justiça na manutenção da ordem social.

Imagem 06 – Visita ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo, dia 29/11/24



Fonte: elaboração própria.

Imagem 07 – Visita ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo, dia 29/11/24



Fonte: elaboração própria.

4.2 IMPACTO TRANSFORMADOR

O impacto das atividades práticas foi evidente não apenas no aumento do conhecimento, mas também na mudança de atitude das crianças em relação à participação cidadã. As experiências ampliaram a compreensão dos participantes

sobre seu papel na sociedade e fortaleceram sua confiança para ocupar espaços de poder. As crianças saíram do projeto mais conscientes de seus direitos e responsabilidades, refletindo a eficácia da educação não formal em promover uma cidadania ativa, conforme discutido por Gohn (2006).

O projeto também teve um impacto significativo sobre os estudantes de Direito envolvidos, que, ao interagirem com a comunidade local, puderam aplicar seus conhecimentos teóricos em contextos reais e desenvolver habilidades interpessoais e éticas cruciais para sua formação profissional. Essa interação reforça a proposta de Miguel Arroyo (2011), que vê o currículo como um campo de disputa e transformação, adaptável às necessidades sociais e políticas dos alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto "O Exercício da Cidadania e as Esferas de Poder" alcançou com sucesso os objetivos estabelecidos no início do ano, proporcionando a crianças e adolescentes uma compreensão abrangente e prática sobre os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Ao longo do ano, os participantes foram expostos a uma série de atividades educativas para aprofundar seu entendimento sobre a estrutura e o funcionamento do governo. A inclusão de visitas a espaços de poder, como a Assembleia Legislativa, o Palácio Anchieta e o Tribunal de Justiça, forneceu experiências diretas que solidificaram o aprendizado teórico.

Além disso, o contexto do período eleitoral foi estrategicamente integrado ao projeto, permitindo que os jovens explorassem o processo democrático em tempo real. Discussões sobre o impacto das eleições no cotidiano e o papel de cada poder na sociedade democrática foram fundamentais para fomentar a consciência cidadã entre os participantes. O projeto conseguiu engajar os participantes de maneira significativa, incentivando o pensamento crítico e a participação ativa.

O público-alvo do projeto, composto por crianças e adolescentes, respondeu de maneira excepcionalmente positiva às atividades propostas. A faixa etária variada exigiu um cuidado especial na adaptação dos conteúdos e das metodologias, garantindo que todos os participantes pudessem acompanhar e participar efetivamente. As crianças, com suas mentes curiosas e imaginativas, beneficiaram-se das abordagens lúdicas e visuais, enquanto os adolescentes, com maior capacidade de reflexão crítica, se engajaram profundamente nas discussões e debates.

A metodologia adotada, centrada em atividades práticas, debates, dinâmicas de grupo, quizzes e visitas instrutivas, foi eficaz em estimular o interesse e a participação dos alunos. As atividades foram planejadas para serem interativas e acessíveis, garantindo que conceitos complexos fossem apresentados de forma clara para crianças e adolescentes.

A abordagem prática manteve os alunos engajados e promoveu o aprendizado através da experiência e do envolvimento direto. Essa estratégia foi particularmente eficaz em demistificar o funcionamento das esferas de poder e conectar as crianças e

adolescentes com a realidade política e social do país, especialmente durante o período eleitoral.

O impacto do projeto foi evidente no desenvolvimento de habilidades como a argumentação, o pensamento crítico e a compreensão cívica. Muitos participantes expressaram uma maior conscientização sobre seus direitos e deveres como cidadãos e demonstraram um interesse renovado em questões sociais e políticas, revelando o sucesso do projeto em promover a cidadania ativa.

Apesar dos sucessos alcançados, o projeto enfrentou diversos desafios ao longo do ano. Imprevistos como desmarcações repentinas de encontros, tanto por parte do Cajun Romão quanto da aluna bolsista do projeto, criaram dificuldades logísticas que afetaram a continuidade das atividades. Além disso, houve variação no número de crianças atendidas, o que dificultou o estabelecimento de um mínimo consistente de atendimentos necessários para garantir o impacto desejado. Esses desafios ressaltam a necessidade de estratégias para manter o engajamento e a eficácia do projeto, além de uma comunicação mais eficaz entre todos os envolvidos.

Apesar disso, o projeto "O Exercício da Cidadania e as Esferas de Poder" encerra o ano com uma avaliação altamente positiva, tanto em termos de alcance dos objetivos quanto na eficácia da metodologia aplicada. O sucesso do projeto reflete-se no entusiasmo e na participação dos jovens, que agora estão mais bem equipados para desempenhar papéis ativos e informados em suas comunidades. A continuidade deste tipo de iniciativa é crucial para a formação de cidadãos conscientes e engajados, capazes de contribuir para uma sociedade mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. **Democracy Index 2023**. London: The Economist, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. São Paulo: Cortez, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social.. In: I Congresso Internacional de Pedagogia Social, 1., 2006, . **Proceedings online...** Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100034&lng=en&nrm=abn>. Acess on: 12 Dec. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais: **Uma análise das condições de vida da população brasileira 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação, conhecimento e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2002.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições 2022**: números e estatísticas. Brasília: TSE, 2022.